

UFPA admite erro após divulgar nome civil de pessoas trans e travestis no vestibular e promete rever protocolos

Category: GERAL, PARÁ

escrito por Ayumi Yohanna Miyamoto | 3 de fevereiro de 2026



Segundo a instituição, a atitude ocorreu em desacordo com o direito ao uso do nome social, assegurado por normativas internas e pela legislação vigente.

Por meio de nota, a UFPA informou que o erro foi identificado no mesmo dia da divulgação do listão (30 de janeiro) e que a falha já foi corrigida.

“Temos plena consciência do impacto já causado e, por isso, manifestamos nosso sincero pedido de desculpas pela dor e pelo constrangimento gerados”, diz a nota.

De acordo com a Associação de Discentes Trans e Travestis da UFPA (Adisttrave), o nome social é assegurado no Brasil desde 2016 e, após uma reivindicação em 2024, a UFPA disponibilizou uma opção para solicitação do nome social no listão da universidade.

“Em 2025, não recebemos nenhuma denúncia de nome morto (nome civil). Conquistamos uma vitória muito importante para nossa comunidade, pois, para nós, não se trata apenas de um nome,

mas de respeito às nossas identidades”, afirma.

A Adistrave afirma que a falha no listão de 2026 representou uma decepção e uma violência institucional.

“A divulgação do nome morto de pessoas trans e travestis no listão representa não apenas um crime, mas um grande retrocesso”, diz a associação.

Em nota, a UFPA informou que solicitou, de forma imediata, além da correção do listão, o aperfeiçoamento dos protocolos e dos sistemas acadêmicos, com o objetivo de evitar erros semelhantes.

“O respeito à identidade de gênero e à dignidade de todas as pessoas é um princípio inegociável para a UFPA.”

Ato pelo fim da transfobia

Um ato organizado pela Adistrave na tarde desta segunda-feira (2), no hall da Reitoria, cobrou providências sobre o ocorrido. As participantes reivindicaram uma retratação pública da universidade e políticas para a inclusão de pessoas trans e travestis.

A presidente da associação, Regina Alice Franco, espera que a UFPA seja responsabilizada. “Nosso principal posicionamento é de que não se trata apenas de um erro, mas de uma violência institucional. A transfobia é equiparada ao crime de racismo no Código Penal brasileiro.”

Segundo Regina, a Adistrave luta por políticas de ações afirmativas para ingresso da população trans na UFPA, uso de banheiros adequados e um espaço físico para a associação.

“Nós acreditamos que a transfobia tem que ser levada mais a sério no âmbito institucional. Mais que uma nota, é preciso tomar medidas efetivas para o combate à transfobia”, afirma.